

Diário Oficial do Poder Executivo

Estado de São Paulo

Seção I

Palácio dos Bandeirantes
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344
Nº 70 – DOE – 14/04/21 - seção 1 – p.30

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998
Balanco Patrimonial – Sedi I - Serviço Estadual de Diagnostico por Imagem - Fundação Instituto de Pesquisa e Diagnóstico por Imagem - Fidi

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI SERVIÇO ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM I - SEDI I

CNPJ nº 07.972.972/0001-11

Demonstrações contábeis "carve-out"

Balancos patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Valores expressos em reais					Demonstrações do resultado do período para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Valores expressos em reais)				
Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019		2020	2019	
Circulante			Circulante			Receita líquida	4	58.640.296	67.778.697
Caixa e equivalentes de caixa	3.748.016	9.894.014	Fornecedores e outras contas a pagar	2.472.739	5.739.661	Salários e encargos	1.242.279	1.276.628	(21.254.755)
Suprimento - Contrato de Gestão	4.093.501	18.079.627	Obrigações fiscais a receber	193.355	303.659	Serviços de terceiros	1.702.528	1.486.691	(38.355.693)
Estoque	572.885	188.994	Salários, encargos e contribuições	1.524.279	1.486.691	Matérias	(8.386.815)	(7.221.195)	(1.096.779)
Despesas antecipadas e outros créditos	128.172	945.112	Provisões de férias e encargos	1.574.615	1.486.691	Gerais (água, luz, telefone, aluguel e outras)	(2.963.609)	(3.221.723)	(2.963.609)
Adiantamentos	468.936	650.138	Arendamento mercantil de curto prazo	7.941.590	2.054.913	Depreciações e amortizações	(3.820.552)	(132.249)	(132.249)
12.756.510	28.947.983	35.990.553	Subsídio a realizar	9.127.116	11.060.590	Outras despesas (recuperação) operacionais	(1.200.000)	(1.200.000)	(1.200.000)
Não Circulante			Não Circulante			Deficit antes das despesas financeiras			(6.174.023)
Depósitos judiciais	884.700	727.537	Provisões judiciais	2.568.804	2.411.538	Depreciação de ativos	(3.543.000)	(3.543.000)	(3.543.000)
Suprimento - Contrato de Gestão	4	9.892.628	Contas correntes com a OSS-FIDI	4.326.603	3.845.158	Provisões de férias e encargos	274.147	(27.209)	(27.209)
Arendamento Mercantil	7.391.349	7.391.349	Arendamento mercantil de longo prazo	6.273.388	4.110.205	Depreciação de ativos	(34.919)	(34.964)	(34.964)
Depreciação de Arrendamento Mercantil	7.037.411	11.076.913	Patrimônio líquido	16	16	Recursos financeiros	(1.900.823)	(2.867.414)	(2.867.414)
Imobilizado do SEDI I	8	7.714.966	Patrimônio líquido	16	16				
Imobilizado ativo fixo do SEDI I	8	(7.714.966)	Patrimônio líquido	16	16				
Imobilizado da OSS-FIDI	9	21.362.051	Deficit do exercício	14.353.531	17.020.745				
Depreciação da OSS-FIDI	9	(21.362.051)	Deficit do exercício	(4.900.823)	(2.867.414)				
	11.697.287	7.442.070		9.450.708	9.450.708				
Total de Ativo	27.853.577	35.990.553	Total de Passivo e Patrimônio Líquido	27.853.577	35.990.553	Deficit do exercício	(1.900.823)	(2.867.414)	(2.867.414)
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Valores expressos em reais)						Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em reais)			
Em 31 de dezembro de 2018	34.784.258	(17.769.513)	Em 31 de dezembro de 2019	17.020.745	(4.900.823)	Fluxo de caixa das atividades operacionais	4	(4.900.823)	(2.867.214)
Incorporação do deficit anterior	(17.677.727)	(42.14)				Deficit do exercício			
Ativo de avaliação patrimonial		(42.14)				Itens que não afetam o caixa e equivalentes			
Deficit do exercício						Depreciação e amortização			194
Em 31 de dezembro de 2019	17.020.745	(2.867.214)				Recuperação de depreciações e amortizações			(344.688)
Incorporação do deficit anterior						Depreciação de arrendamento mercantil			7.941.590
Deficit do exercício						Juros de arrendamento mercantil			19.612
Em 31 de dezembro de 2020	14.353.531	(4.900.823)				Outras contas			157.466
						Constituição de provisão para contingências			(157.466)
									(157.466)
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019									
1. Contexto Operacional: A Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI é uma fundação privada sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, registrada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, especializada no desenvolvimento do sistema de diagnóstico por imagem. Fundada em 1985 como uma das primeiras instituições de diagnóstico por imagem do Brasil, uniu o conhecimento e as técnicas médicas relacionadas ao diagnóstico por imagem, colaborando no Brasil e no exterior, com entidades educacionais, universidades, instituições públicas e privadas em programas de desenvolvimento tecnológico nas áreas de medicina, biotecnologia, engenharia hospitalar, técnicas administrativas, operações, de manutenção, de pesquisa básica e clínica e assistência médica à comunidade. III. Colaborar, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Curador e das suas deliberações orientadoras, para a manutenção do Departamento de Diagnóstico por Imagem da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, no âmbito do Hospital de Diagnóstico por Imagem I - SEDI I. A renovação se deu em 29 de maio de 2019, com vigência de 5 anos, conforme o processo nº SEB 187342/2019. Ao longo do ano de 2020 tiveram atendimento a pedido dos serviços de apoio diagnóstico de exames, incluídos de exames em unidades específicas e destinados por descumprimento de metas. CONTR. Nº SEB 19734/2019 (vigência a partir de 20/01/2020). As principais mutações patrimoniais são: a) Aumento do adiantamento na operacionalização da gestão e exames por imagem, por meio de contrato firmado com o contratante, em tempo real, entre o técnico contratado da imagem e o profissional médico especialista sediado na central com finalidade, se necessário, aos equipamentos e pessoal necessários à realização de exames por imagem feitos pela unidade.									
Relatório de Execução Orçamentária - Período 01/01/2020 a 31/12/2020									
Saldos de caixa em 31/12/2019					Valor R\$ 9.884.014,19				
Demostro dos repasses públicos recebidos									
Origem dos recursos	Valores previstos R\$	Documento de crédito nº	Notas de empenho nº	Data	Valores repassados R\$				
Estadual	5.171.915,00	2020OB30823	317	06/02/20	5.171.915,00				
Estadual	5.171.915,00	2020OB19804	317	06/02/20	5.171.915,00				
Estadual	5.171.915,00	2020OB19764	319	06/03/20	5.171.915,00				
Estadual	4.999.595,74	2020OB32032	320	08/04/20	4.999.595,74				
Estadual	5.051.915,00	2020OB41225	321	07/05/20	5.051.915,00				
Estadual	5.051.915,00	2020OB35510	322	05/06/20	5.051.915,00				
Estadual	4.875.118,29	2020OB36740	325	06/07/20	4.875.118,29				
Estadual	5.051.915,00	2020OB79912	328	06/08/20	5.051.915,00				
Estadual	4.981.356,80	2020OB90291	329	04/09/20	4.981.356,80				
Estadual	4.917.730,60	2020OB41466	331	06/10/20	4.917.730,60				
Estadual	4.917.730,60	2020OB20599	332	06/11/20	4.917.730,60				
Estadual	5.051.915,00	2020OB32127	333	04/12/20	5.051.915,00				
Estadual		2020OB32370	333	07/12/20	4.000.000,00				
Subtotal	60.214.901,02				60.214.901,02				
Receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos					282.559,29				
Caixas sociais					696.169,17				
Recursos próprios aplicados pela organização social									
Total das receitas					61.173.629,38				
Total das despesas no exercício 2020					954.526,79				
Recursos públicos não aplicados					7.493.015,78				
Valor devolvido ao contratante									
Valor autorizado para aplicação no exercício seguinte					7.493.015,78				
Abaixo, um quadro com as metas previstas totais de exames em comparação com os mantidos realizados:									
Relatório de Execução Tática - Período 01/01/2020 a 31/12/2020									
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out". 2.1. Declaração de Conformidade: As demonstrações contábeis também consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e alterações posteriores, e as práticas contábeis das entidades de fins não lucrativos, em conformidade com a interpretação Técnica NBC TQ 2020 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro". As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovações do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis "carve-out" foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de outra forma decorrente de justo valor de ativos e passivos avaliados e comparados apenas os direitos e obrigações e o resultado das operações da filial desta entidade, decorrente do controle de gestão exercido em 01/05/2000/009.009.2014 firmado com Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SESS-SP), geridas pela FIDI. São apresentadas as demonstrações contábeis, quando preparadas, e realizadas de acordo com o CPC 09 -									

uma única pessoa jurídica durante o período. As demonstrações contábeis foram preparadas para demonstrar a posição e a performance financeira da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI, registrada sob o CNPJ nº 55.401.178/0005-60 (Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem I - SEDI I, Processo nº 001/0500/000.009/2014), devido à obrigação contratual que determina a necessidade de apresentar de forma individual a performance financeira, bem como as demonstrações contábeis desse contrato e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2021.

PP&C Auditores Independentes - CRC2SP16.839/O-0
Paulo José de Carvalho - CRC1SP145.095/O-8 - Contador
Glacomo Walter Lutz de Paula - CRC1SP243.045/O-0 - Contador